O EFEITO DO IDE NA COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA PORTUGUESA

Maria Paula Fontoura (*) (**)

1 — Introdução

Após 1986, as entradas de investimento directo estrangeiro (IDE) em Portugal aumentaram significativamente. Entre 1986 e 1994, o IDE autorizado totalizou cerca de 3000 milhões de contos, passando de 0,6 % do PIB em 1986 para 1,6 % em 1994, com um valor máximo em 1991 de 8,1 %. Em termos da importância do IDE na FBCF verificou-se uma tendência semelhante, passando de 2,6 % em 1986 para 5,9 % em 1994, correspondendo o valor máximo a 32,2 % em 1991 (1). Este crescimento do IDE resultou essencialmente da adesão à OUE (2), com as diversas vertentes de acesso a um mercado ampliado, maior estabilidade política e acesso a subsídios ao investimento (3).

Neste contexto, é de esperar que o IDE tenha tido importantes efeitos no volume e composição das exportações.

Verificamos, contudo, que poucos estudos de comércio internacional, tanto teóricos como empíricos, se têm concentrado na relação entre IDE e actividades de exportação. Ora, as implicações desta omissão podem ser graves. A nível empírico, basta recordar que os factores que determinam o padrão de comércio e o IDE têm sido respectivamente identificados em modelos de uma única equação, ignorando, portanto, a simultaneidade aqui envolvida. Ora, sabe-se que, nestes casos, os parâmetros estimados podem ser enviesados e inconsistentes.

Neste artigo analisa-se a hipótese de que existe uma relação causal entre IDE e exportações da indústria transformadora portuguesa em 1991-1992 (4),

---

(*) Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

(**) Agradeço aos Profs. Fátima Moura Roque, António Castro Guerra e Vítor Corado Simões valiosos comentários a versões anteriores deste artigo.

(1) Se excluirmos o «megaprojecto» Auto Europa, as percentagens atingidas em 1991 reduzem-se, respectivamente, para 6,2 % e 23 %.

(2) Isto é confirmado pelo facto de, com a adesão à CEE, a origem dos investimentos comunitários passarem de cerca de 30 % do total em 1984 para mais de 70 % em 1992 (apesar de parte deste acréscimo resultar do desvio de investimento de fontes não comunitárias).

(3) Também contribuiu a simplificação do sistema burocrático de autorização do IDE, com a criação do sistema de declaração prévia, que veio substituir o regime de autorização casuística que vigorou até então.

(4) As entradas de IDE na segunda metade da década de 80 foram acompanhadas por uma alteração importante da sua repartição por sector de actividade. Assim, enquanto em 1986 a indústria transformadora absorveu 47 % do total, em 1993 representava somente 26,7 % do total. Isto resultou sobretudo da canalização crescente do IDE para o sector terciário, em particular para a banca e operações sobre imóveis. As entradas de IDE na indústria transformadora são, porém, suficientemente relevantes para o estudo em causa.

com base num modelo de equações simultâneas explicativas destes dois fenómenos.

Para o objectivo proposto deparámo-nos com algumas dificuldades. Com uma desagregação sectorial conveniente (no mínimo três dígitos da CAE) só dispomos de dados relativos ao IDE autorizado ([5]). Ou seja, o registo contabilístico das operações de IDE é feito através de uma análise de fluxos, não estando disponível informação estatística relativa aos *stocks*. Se bem que estudos específicos não assinalem grandes divergências relativamente ao IDE realizado ([6]), estes dados devem ser interpretados sobretudo como «intenções» de IDE.

Outra dificuldade resulta do facto de poder existir um desfasamento temporal entre o IDE autorizado (e realizado) e a sua tradução em exportações adicionais. O modelo que construímos não permite, todavia, atender a esta possibilidade, por os dados que dispomos para o IDE começarem a ser publicados só a partir de 1991. A leitura que faremos dos resultados obtidos será, consequentemente, condicionada por este facto ([7]).

Na secção 2, referimos alguns contributos teóricos para a relação causal entre IDE e exportações. Na secção 3, propomos um modelo de equações simultâneas para explicar o impacte do IDE na repartição intersectorial das exportações. Na secção 4, apresentamos os principais resultados e na secção 5 salientamos algumas conclusões.

2 — Relação entre IDE e exportações

Apesar de uma componente essencial dos fluxos comerciais actuais ser, indiscutivelmente, o IDE ([8]), a relação entre IDE e exportações é um dos tópicos actuais que precisa de um maior desenvolvimento teórico. O tratamento desta questão tem sido feito de forma insuficiente, tanto no âmbito das teorias do comércio internacional, como no quadro das teorias do investimento directo estrangeiro.

([5]) Informação estatística sobre entradas de IDE pode ser obtida em duas fontes: Banco de Portugal e ICEP. A primeira reporta-se ao IDE realizado, mas a informação é demasiado agregada para os objectivos deste estudo (dois dígitos da CAE). A segunda, utilizada neste estudo, fornece informação sobre o IDE autorizado com uma desagregação máxima de três dígitos da CAE.

([6]) V. Morais (1993, pp. 55-60). Note-se, porém, que este estudo detecta que em 1990, 1991 e 1992, o peso da indústria transformadora no total do IDE autorizado foi de 23,4 %, 17,5 % e 19,2 %, respectivamente, enquanto no caso do IDE realizado foi de 17,9 %, 17,3 % e 13,5 %, respectivamente. Ou seja, em 1990 e em 1992 uma parte das «intenções» de investimento não foram concretizadas.

([7]) Excluímos o projecto Auto Europa por representar um elevado montante de investimento estrangeiro em 1991 (181,17 milhões de contos) sem contrapartida na produção até 1995.

([8]) Segundo o EUROSTAT, o IDE a nível mundial cresceu quatro vezes mais do que o PIB e três vezes mais do que o comércio nos anos 80.

As teorias do comércio internacional de que dispomos têm, de uma forma geral, sido desenvolvidas sem o tratamento explícito das empresas multinacionais. Diversos modelos têm proposto explicações alternativas de fluxos de comércio relativamente à abordagem tradicional da dotação factorial, de forma a englobar o capital humano (teorias neo-factoriais) e o papel das economias de escala, diferenciação dos produtos, tecnologia e inovação (teorias neo-tecnológicas). Os estudos mais recentes têm sido canalizados sobretudo para o papel dos mercados de concorrência imperfeita na natureza dos fluxos comerciais (caso do comércio intra-ramo) e para a eventual justificação para a utilização de políticas comerciais e industriais como factor de competitividade (políticas intervencionistas estratégicas).

Poucos desenvolvimentos teóricos articulam, porém, a relação entre IDE e comércio. Dunning (1974) e Agmon (1979) foram pioneiros ao considerarem que as multinacionais e as empresas multiprodutos desempenham um papel importante na formação do comércio intra-ramo, pela combinação da produção de diferentes unidades produtivas localizadas em países diferentes. Este comércio pode ocorrer entre as firmas multinacionais ou no interior da própria firma através das suas filiais e subsidiárias. Em qualquer dos casos e sobretudo no segundo, o IDE representa um papel fundamental.

Podem, todavia, ser encontrados na literatura do comércio internacional alguns modelos de equilíbrio geral que apontam para a existência de uma relação causal entre IDE e exportações (9).

Em modelos de concorrência perfeita (modelo HO num mundo $2 \times 2 \times 2$), comércio (movimento de bens) e IDE (movimento de factor) foram estudados como substitutos. Num estudo pioneiro, Mundell (1957) mostrou que a mobilidade factorial conduz ao anulamento de diferenças no preço dos factores e, consequentemente, à eliminação do comércio, explicado no contexto deste modelo pelas proporções factoriais. Restrições ao movimento dos factores, pelo contrário, geram comércio.

Com outros modelos prova-se que existe uma causalidade positiva entre movimento de factores e de bens, e que, portanto, o IDE pode ser causa de exportações. Markusen (1983) assume diferentes tecnologias ao nível da produção, distorções no mercado de produtos ou factores, economias de escala externas, mas proporções factoriais iguais, e deduz que a livre circulação dos factores resulta em entradas de factores utilizados intensivamente no sector exportador, gerando diferenças nas proporções factoriais e, portanto, uma base adicional para o comércio de bens.

Krugman e Helpman têm a preocupação explícita de construir modelos de equilíbrio geral do comércio internacional que integrem as empresas multinacionais (EMN). Num modelo pioneiro, Krugman (1981) assume, no contexto de $1 \times 1 \times 2$ — um factor (trabalho), um sector e dois países —, que uma

(9) V., sobre este assunto, Pfaffermayr (1994).

empresa se torna multinacional quando tem vantagens específicas, entendidas como vantagens tecnológicas «intangíveis» (tais como I&D e capacidades de gestão) que incentivam à exploração de economias de escala em localizações diferentes. Apesar de, pelas hipóteses do modelo, não existirem movimentos de capital, o IDE é considerado indirectamente, como expressão do facto de uma actividade produtiva num país poder estar sujeita ao controlo de uma firma que tem a sua base de operação noutro país.

A relação EMN-IDE-comércio é sobretudo explicada por Helpman (1984) e Helpman e Krugman (1985), que desenvolvem o modelo anterior tornando-o mais complexo. Com modelos $2 \times 2 \times 2$ concluem que, no contexto das EMN, os serviços e os produtos intermediários — actividades mais intensivas em capital — estarão concentrados no país mais dotado em capital, enquanto actividades mais intensivas em trabalho se deslocarão para o resto do mundo, estabelecendo-se comércio entre as diferentes regiões. O comércio inter-ramo será tanto mais intenso quanto mais acentuadas foram as diferenças nas dotações factoriais, enquanto o comércio intra-ramo, explicado pela concorrência monopolística em bens diferenciados, não evidencia uma relação regular com a dotação factorial.

Apesar do contributo dos modelos de Krugman e Helpman referidos para a inclusão de firmas multinacionais em modelos de comércio internacional, algumas inconsistências entre as hipóteses de partida e as conclusões foram observadas por Schiattarela (1993), que concluiu da dificuldade de construir uma teoria unificada do comércio internacional e investimento multinacional com a abordagem proposta (*ob. cit.*, p. 11). Refira-se ainda que, também no caso dos modelos $2 \times 2 \times 2$, o processo de multinacionalização não é de facto acompanhado de movimentos de capital, porque, por hipótese, os factores de produção são imóveis entre países. Acresça-se, finalmente, que se estes modelos contemplam a hipótese de serem criadas condições para fluxos de investimento directo dos países com maior dotação de capital para os países com menor, estão excluídos movimentos noutras direcções, incluindo entre países desenvolvidos, a componente mais relevante dos fluxos de IDE actual ([10]).

Existem ainda modelos dinâmicos, na linha do ciclo do produto, que introduzem as EMN à maneira dos modelos anteriores e estipulam uma relação causal entre investimento multinacional e comércio de exportação (v. Grossman e Helpman, 1989). O produto novo desenvolve-se, em geral, em países intensivos em capital e que, por esse motivo, são também os melhor dotados para serem base de EMN. À medida que se avança na «estandartização» do produto, verifica-se uma modificação progressiva da localização geográfica da sua produção, acompanhada de saídas de capital estrangeiro para países menos desenvolvidos, e alteração do padrão de comércio anterior, com aumento do comércio de bens diferenciados com as subsidiárias localizadas nestes países.

Ethier (1986) introduz a novidade de endogeneizar o processo de internalização que leva a EMN a empregar factores de produção estrangeiros ([11]). A internalização é basicamente relacionada com o problema da transacção da

---

([10]) Cf. Schiattarella (1993), n.º 4.

([11]) Para uma análise pioneira sobre internalização, v. Buckley e Casson (1976).

informação: se esta for vendida a uma empresa estrangeira, será preciso atribuir-lhe um valor, o que fará perder, em parte, a vantagem de monopólio que a empresa detinha. A expansão de multinacionais é relacionada com a tentativa de diminuir a incerteza que a empresa enfrenta quando empreende um esforço de investigação e desenvolvimento, facultando-lhe a manutenção do monopólio dos resultados obtidos. Conclui que semelhança nas dotações factoriais relativas torna esta expansão mais provável e fornece uma base para comércio (intra-ramo).

Argumentos teóricos que suportem uma relação causal entre exportações e entradas de IDE são mais escassos. Em Krugman (1979), a inovação e transferência tecnológica conduzem sucessivamente à diferenciação na produção de bens, ao aumento do comércio entre o Norte (desenvolvido) e o Sul (atrasado), e, finalmente, à atracção de capitais para o Norte. O país mais intensivo em tecnologia tem capacidade para produzir bens novos. O processo contínuo de inovação conduz ao aumento do preço relativo dos bens novos, enquanto a produção dos bens velhos se transfere para outros países menos desenvolvidos, onde serão produzidos a custos mais baixos. Se o *stock* de capital for fixo mas existir mobilidade do capital, a subida do preço relativo dos bens novos conduz ao aumento do preço relativo do capital (o factor relativamente mais intensivo) no Norte e consequente entrada de investimento estrangeiro.

No seu conjunto, modelos como os mencionados fornecem pistas interessantes para a incorporação do IDE como factor explicativo do comércio internacional. Porém, abordam a problemática referida de forma limitada e parcelar. Não articulam questões essenciais como o impacte do progresso tecnológico, a estrutura do mercado, os conluios empresariais, as características da dotação dos factores e da procura, e as políticas adoptadas, na interacção entre IDE e padrão e volume de comércio. Em parte, estas questões têm sido abordadas pelas teorias de «síntese» ([12]) do IDE, assim designadas por reunirem contributos das teorias da organização industrial ([13]), da internalização empresarial ([14]) e do comércio internacional.

... às teorias do investimento directo estrangeiro

A teoria *eclética* de Dunning (1979) sublinha três condições indispensáveis para que exista IDE: *a*) Uma empresa deve possuir vantagens *específicas* sobre as empresas rivais; *b*) A empresa deve decidir se é mais proveitoso investir num país estrangeiro do que manter essas vantagens no país nativo ou vendê-las a uma empresa estrangeira; *c*) A empresa estrangeira deve percepcionar se é mais vantajoso explorar os factores de localização específi-

---

([12]) V. Dunning (1979) e Muchielli (1991).

([13]) Remontam à tese de doutoramento de Hymer de 1969 e foram desenvolvidas por Kindelberger (1969), e Caves (1971, 1982).

([14]) Remonta a Coase (1937) que analisou a empresa como um instrumento para aumentar a eficiência, substituindo o mercado. V. ainda Williamson (1975), Buckley e Casson (1976), Caves (1982) e Rugman (1986).

cos no país destinatário do que simplesmente exportar para o mercado estrangeiro. Portanto, esta teoria foca factores determinantes do IDE decorrentes da natureza da empresa/sector e do padrão de localização internacional.

Note-se, porém, que, no contexto desta teoria, a exportação e o IDE são entendidos como opções alternativas da empresa sediada no país de origem do capital. Ora, a problemática em análise é que o IDE no país receptor pode servir de estímulo à expansão do sector exportador deste país. A teoria *sintética* de Muchielli fornece, a este nível, algum contributo.

Muchielli (1991) propõe um «paradigma» que considera várias alternativas entre produção nacional, exportação e IDE, com base numa combinação de vantagens competitivas das empresas que investem e vantagens comparativas nos países onde se localizam. A hipótese de o IDE conduzir a exportações no país receptor é (marginalmente) contemplada se existirem vantagens competitivas ao nível da procura de factores e oferta de produtos no país de origem do IDE, e, no país destinatário, vantagens comparativas ao nível da oferta de factores mas ausência de vantagens comparativas ao nível da procura de produtos. A exportação será então uma consequência da ausência de procura local para o produto produzido com IDE.

De uma forma geral, as teorias do IDE, apesar de não utilizarem modelos formais de equilíbrio, privilegiando abordagens menos formalizadas mas mais abrangentes, poucos contributos têm fornecido relativamente ao impacte do IDE nas exportações (ou vice-versa) ([15]), incidindo sobretudo nas suas causas.

3 — Modelo ([16])

O estado actual das teorias não fornece como referido, indicações seguras sobre como analisar o impacte do IDE, e factores que o determinam, nos fluxos comerciais ([17]). Dispomos, todavia, de diversas teorias para explicar a repartição intersectorial quer das exportações quer das entradas de IDE. Com base nessas teorias, construímos o seguinte modelo de equações simultâneas, com uma equação das exportações **(1)** e uma equação do IDE **(2)**:

$$X = a_0 + a_1 K + a_2 LU + a_3 LS + a_4 ES + a_5 DIF + a_6 C4 + a_7 PAT + a_8 IK + \\ + a_9 INC + a_{10} IDE \qquad \textbf{(1)}$$

([15]) Dunning (1992) considera que os efeitos do IDE no país receptor dependem do tipo de vantagens inerentes à MNE (sistematizadas pela teoria «eclética») e das características internas do país receptor, avaliadas segundo o «diamante» de Porter. No caso dos diversos componentes deste «diamante» (procura interna, qualificação dos recursos internos, concorrência interindustrial e articulação entre sectores afins) serem estipulados positivamente pelo IDE, o país desenvolverá vantagens competitivas que poderão levar ao reforço da sua capacidade exportadora.

([16]) Este modelo foi apresentado no «EU-SPES Workshop on Intra-Industry Trade», Universidade de Coimbra, Nov. 95, e incorporado na Colectânea de *Proceedings* desta Conferência (v. Fontoura, 1996).

([17]) Para outros estudos empíricos sobre este tema, v. Baldwin (1979), Santiago (1987), O'Sullivan (1993), Ratnayake (1993), Pfaffermayr (1994).

$$IDE = a_0 + a_1 C4 + a_2 PAT + a_3 CH + a_4 DIF + a_5 ES + a_6 ME + a_7 PROD + \\ + a_8 RN + a_9 K/L + a_{10} INC + a_{11} X \quad (2)$$

em que *X* é uma medida da intensidade exportadora e *IDE* uma medida do IDE autorizado, e as variáveis independentes são descritas a seguir. No anexo 1, referimos as *proxies* utilizadas e respectiva fonte estatística.

O modelo utilizado faculta-nos informação empírica sobre: *a*) os factores determinantes do padrão de exportações portuguesas, incluindo o impacte eventual do IDE; *b*) os factores determinantes do IDE, incluindo a possibilidade de os sectores com maior intensidade exportadora servirem de «plataforma» para as entradas de IDE.

O método utilizado para estimar este sistema foi o dos mínimos quadrados em dois passos. A amostra utilizada foi construída com base nos três dígitos da CAE para a indústria transformadora (27 indústrias). Não nos foi possível utilizar uma desagregação superior por limitações decorrentes essencialmente das estatísticas relativas ao IDE.

3.1 — Factores determinantes da composição das exportações

Como factores determinantes na equação das exportações, considerámos ([18]):

a) *Variáveis «neo-factoriais»:* capital (*K*), trabalho não especializado (*LU*) e trabalho especializado (*LS*).

As teorias factoriais salientam o papel da abundância (e intensidade na produção) relativa factorial. Sendo Portugal considerado um país abundante em trabalho, e com base em estudos anteriores, prevê-se que exporte bens intensivos em trabalho, logo espera-se um sinal positivo para o trabalho (*LU* + *LS*) e um sinal negativo para *K* (ou quando muito que esta variável não seja significativa). No contexto das teorias neo-factoriais, reconhece-se que diferenças ao nível da qualificação do factor trabalho podem explicar o padrão de especialização e comércio, e, por isso, o trabalho foi desagregado em dois níveis de qualificação. Ainda segundo estudos anteriores, espera-se que a qualidade intrínseca do trabalho mais utilizado corresponda à categoria do trabalho não qualificado, o que se traduzirá num sinal esperado positivo para *LU* e negativo para *LS*, no caso deste padrão não ter tido alteração;

b) *Variáveis «neo-tecnológicas»:* economias de escala (*ES*), diferenciação do produto (*DIF*), grau de concentração das vendas das quatro maiores empresas (*C4*), patentes (*PAT*), rácio entre investimento e capital físico (*IK*).

([18]) Ensaiámos ainda a inclusão da *proxy* para *RN*, mas não é estatisticamente significativa. Excluímo-la pela elevada complementaridade existente entre os factores capital e recursos naturais.

Para um resumo das principais teorias do comércio internacional e aplicação empírica ao caso português, v. Moura Roque, Foutoura e Barros (1991).

As teorias neo-tecnológicas explicam o comércio externo em contextos económicos de concorrência imperfeita, assumindo-se que a existência de economias de escala (*ES*), diferenciação monopolística do produto (*DIF*) e poder de mercado (que a variável *C4* procura captar), assim como a capacidade a inovar e ou adaptar tecnologia líder (medida pela variável *PAT*) contribuem positivamente para a capacidade exportadora de um país. O sinal esperado para *ES, DIF, C4* e *PAT* é, portanto, positivo.

Incluímos ainda *IK* para captar outros aspectos da intensidade tecnológica. Níveis de investimento elevados e uma taxa elevada de rotatividade do *stock* de capital podem afectar as exportações positivamente, se indicarem equipamento mais moderno e incorporação de desenvolvimentos tecnológicos e ou maior produtividade e qualidade (Hughes, 1986);

c) *Incentivos à indústria:* peso dos incentivos no investimento facultados no âmbito do SINPEDIP (Programa de apoio ao investimento produtivo, em 1989-1991) *(INC)*. Testámos se estes subsídios influenciaram positivamente a componente exportadora da indústria transformadora portuguesa, conforme sugere a teoria da intervenção estratégica;

d) *Investimento directo estrangeiro:* repartição intersectorial do IDE autorizado.

Conforme referimos na secção 1, a literatura que permite explicar os efeitos de aumentos exógenos do IDE nas exportações sugere quer uma relação de substituibilidade, no contexto do modelo Heckscher-Ohlin, quer de complementaridade, em contextos diversos de concorrência imperfeita. O sinal esperado não é, consequentemente, definido *a priori,* reservando-se à análise empírica a sua identificação no caso em estudo.

3.2 — Factores determinantes do investimento directo estrangeiro

Como factores determinantes na equação do investimento directo estrangeiro, considerámos:

a) V*ariáveis da «organização industrial»:* grau de concentração das vendas (*C4*), economias de escala (*ES*), diferenciação do produto (*DIF*), indicador de capital humano (rácio entre remunerações e emprego-*CH*), patentes (*PAT*), natureza multisectorial das empresas (*ME*), produtividade aparente do trabalho (*PROD*).

A teoria da organização industrial salienta as razões que levam o IDE a escolher determinadas indústrias com base em vantagens «específicas» inerentes às características das empresas multinacionais e às estruturas dos mercados em que estas operam. As variáveis *C4, ES, DIF, CH* e *PAT* são, em geral, associadas à obtenção dessa vantagens e à criação de barreiras à entrada capazes de favorecer a sua manutenção. Espera-se, portanto, que estas variáveis estejam positivamente relacionadas com o IDE.

Tem ainda sido observado que o IDE é uma manifestação das vantagens de empresas com diversificação de actividades (*ME*). De facto, a diversificação pode ser fonte de poder de mercado, ao favorecer o conluio tácito e ao facilitar a exploração de sinergias e de economias de variedade (Guerra e Santos, 1994). Argumenta-se, porém, que a diversificação pode traduzir dificuldades na exploração de economias de escala de natureza tecnológica, e ainda diminuir a eficiência com que os recursos são geridos, pela dispersão que pode suscitar na actividade de gestão (Andrez, Guerra e Santos, 1993). O sinal esperado desta variável, não é, por isso, definido *a priori*.

Admite-se que o IDE esteja localizado em empresas mais lucrativas. Isso resulta da hipótese das empresas multinacionais estarem mais concentradas nas indústrias com economias de escala, tecnologia avançada, etc. Será, também, consequência da procura por parte do capital estrangeiro de rendimentos mais elevados para o investimento. Agarwal (1980) sustentou, no entanto, que a maximização dos lucros pode não ser o principal objectivo do IDE, no caso de serem visados outros benefícios de natureza mais «potencial», como as economias de escala. Na ausência de uma *proxy* para a lucratividade, utilizámos a produtividade aparente do trabalho (*PROD*), na medida em que se espera que esteja positivamente correlacionada com a rentabilidade;

b) *Variáveis de «localização»:* indicador de intensidade em recursos naturais (*RN*), intensidade capitalística (*KL*) e incentivos concedidos no âmbito do PEDIP (Programa específico de desenvolvimento da indústria portuguesa) (*INC*).

A teoria da localização salienta as características económicas ao nível do país receptor do IDE. Dada a abundância em Portugal de determinados recursos naturais (minerais e florestais) e abundância do factor trabalho relativamente ao capital, é de esperar uma relação positiva do IDE com *RN* e negativa com *KL* ([19]). A relação esperada com *INC* é positiva;

c) *Intensidade exportadora* (*X*). Apesar de existirem poucos argumentos teóricos para sustentar que as exportações possam ser causa do IDE, Saunders (1982) assumiu que o IDE é atraído por indústrias mais vocacionadas para a exportação no caso de o objectivo principal ser a exploração de mercados mais alargados. O período estudado deve ter induzido fortes expectativas de alargamento dos mercados no contexto do Mercado Único, pelo que se espera uma relação positiva desta variável com o IDE.

([19]) No caso das variáveis de localização, seria mais correcto construir uma medida da diferença relativa da intensidade entre Portugal e o melhor destino alternativo, o que não é feito por razões de natureza estatística. Para uma aplicação, v. Santiago (1987).

4 — Resultados empíricos

Os quadros 1 e 2 apresentam os resultados das estimações das equações **(1)** e **(2)**, respectivamente.

QUADRO 1

Intensidade exportadora: factores determinantes

[resultados da estimação da equação **(1)**]

Variáveis	Indep.	Coef. (1)	Sinais	
			Esperados	Verificados (2)
Const.	–	0,71 (0,07)		
Neo-factoriais	*K*	0,05 (0,04)	–	NS
	LU	0,02 (3,90) **	+	+
	LS	– 0,01 (2,96) **	–	–
Neo-tecnológicas	*ES*	1,34 (1,04)	+	NS
	DIF	0,13 (1,76) **	+	+
	C4	– 0,01 (0,82)	+	NS
	PAT	0,02 (1,68) *	+	+
	IK	– 25,29 (1,36) *	+	–
Interv. estratégica	*INC*	– 0,01 (0,19)	+	NS
IDE	IDE	0,01 (0,26)	?	NS
R^2	0,77			
R^2 ajust.	0,62			
F	5,35			

(1) Os números entre parêntesis referem-se à estatística *t* corrigida sugerida por White (1980).
(2) NS significa que o parâmetro estimado não é estatisticamente significativo.
* Estatisticamente significativo a um nível de confiança de 90 %.
** Estatisticamente significativo a um nível de confiança de 95 %.

Método de estimação: 2SLS.

QUADRO 2

Investimento directo estrangeiro: factores determinantes

[resultados da estimação da equação **(2)**]

Variáveis	Indep.	Coef. (1)	Sinais	
			Esperados	Verificados (2)
Const.	–	– 0,90 (1,75) *		
Organização industrial	*PAT*	0,01 (7,53) **	+	+
	DIF	2,47 (1,32)	+	NS
	CH	6,26 (1,95) **	+	+
	PROD	– 1,08 (2,16) **	+	–
	ES	50,08 (1,42) *	+	+
	C4	8,71 (1,64) **	+	+
	ME	– 1,87 (0,13)	?	NS
Localização	*RN*	21,52 (1,86) **	+	+
	KL	0,06 (0,34)	–	NS
	INC	– 2,29 (0,31)	+	NS
X	X	– 2,46 (1,08)	?	NS
R^2	0,69			
R^2 ajust.	0,47			
F	3,04			

(1) Os números entre parêntesis referem-se à estatística *t* corrigida sugerida por White (1980).
(2) NS significa que o parâmetro estimado não é estatisticamente significativo.
* Estatisticamente significativo a um nível de confiança de 90 %.
** Estatisticamente significativo a um nível de confiança de 95 %.

Método de estimação: 2SLS.

As equações são estatisticamente significativas em termos do teste F. A avaliação do grau de «significância» das variáveis foi feita a partir dos desvios padrão de White, que fornecem estimações consistentes do desvio padrão dos coeficientes da regressão, mesmo que os resíduos sejam heteroscedásticos por qualquer razão não identificada.

No que se refere aos factores que determinam os dois fenómenos estudados, numa abordagem global verifica-se que são em grande medida diferentes consoante se trate da intensidade exportadora ou do investimento estrangeiro. Procedendo a uma análise mais detalhada, começamos por cada uma das equações.

Equação das exportações

Os resultados obtidos confirmam estudos para períodos anteriores, nomeadamente que Portugal exporta bens relativamente mais trabalho intensivos e incorporando pouco trabalho qualificado, sendo o capital uma variável «neutra» (v. *LU, K* e *LS*) ([20]). No que se refere à variável tecnológica (v. *PAT*), a relação positiva (e significativa) com as exportações indica vantagens relativas no caso dos sectores tecnologicamente mais avançados ([21]). Verifica-se ainda a importância da diferenciação do produto como explicação da capacidade exportadora (v. *DIF*), ao que não é indiferente o facto de a maior parte destas indústrias serem de consumo.

Parece ainda ser possível concluir-se, com base no resultado de *IK,* que as indústrias com maior capacidade exportadora não foram as que procederam a níveis mais elevados de investimento, o que pode ter repercussões negativas no seu futuro. Para uma melhor elucidação desta realidade seria preciso distinguir entre os diversos tipos de investimento. Assim, se os investimentos de criação conduzem a nova capacidade instalada, são os investimentos de modernização que se traduzem, em geral, em melhorias de competitividade. Esta análise não pôde ser feita por razões de natureza estatística.

Não se verifica uma relação significativa entre os incentivos ao investimento produtivo facultados no âmbito do PEDIP (v. *INC*) e a estrutura das exportações. Estudos específicos identificaram, no entanto, uma subrepresentação da indústria exportadora tradicional (calçado, vestuário, têxtil) no universo PEDIP (quando a repartição intersectorial dos subsídios entra em consideração com o peso da indústria), o que foi interpretado como um sinal do impacte positivo destes incentivos na alteração da especialização produtiva ([22]).

Finalmente, não se verifica que o IDE influencie positivamente a propensão a exportar da indústria transformadora portuguesa. Este resultado merece-nos várias observações.

([20]) Este padrão verifica-se pelo menos desde o início da década de 70 para as variáveis relativas ao trabalho, e desde 1980 para o caso do capital.

([21]) Courakis e Moura Roque (1986) interpretaram este resultado em termos de «propensão a adaptar» (por contraposição a «propensão a inovar») dos sectores mais avançados tecnologicamente em Portugal.

([22]) V. PEDIP, *Relatório de Execução,* 1988-1992, Gabinete do Gestor do PEDIP, MIE, vol. 1, pp. 98-99.

Uma interpretação possível é que o IDE tem tido uma orientação privilegiada para o mercado interno ([23]). Parte significativa das entradas de IDE em Portugal após a adesão à UE visaram responder e antecipar-se às necessidades dos consumidores internos (pela introdução de novas marcas, por exemplo). Este facto terá contribuído para explicar a diminuição das entradas de IDE após 1992, isto é, numa conjuntura interna de recessão.

Diversas razões concorrem, todavia, para uma visão algo diferente. Por um lado, a avaliação das tendências em curso do IDE não pode ser feita exclusivamente do ponto de vista dos novos investimentos. É possível que estejam em curso alterações significativas das características e estratégicas das empresas instaladas. Por outro lado, os efeitos do IDE terão algum desfasamento temporal. Basta recordar o investimento Auto Europa, do qual se espera que venha a representar 20 % das exportações portuguesas na sua fase de maturidade. Refira-se, também, que as indústrias exportadoras tradicionais (calçado, vestuário) têm uma intensidade capitalística relativamente baixa, o que significa que as entradas de capital para estes sectores subestimam os efeitos dos projectos de investimento em termos de exportações. Do IDE esperam-se, ainda, efeitos indirectos a médio prazo de estímulo das exportações no caso de promover factores de competitividade nacional ([24]), que não podem, em geral, ser captados com a metodologia utilizada.

Em suma, não é possível excluir-se que o IDE autorizado no período estudado possa vir a ter um impacte mais significativo no padrão de exportações actuais, ou mesmo na sua alteração. A análise dos factores determinantes do IDE poderá elucidar, parcialmente, sobre esta questão.

Equação do IDE

Verifica-se que um factor determinante decisivo na decisão de investir em Portugal é o aproveitamento dos recursos naturais (v. *RN*) (como no caso da produção de papel, derivados da madeira e cortiça).

Não se confirma a ideia muito divulgada de que o IDE seja atraído sobre-tudo pela existência de mão-de-obra abundante e barata (v. *KL*). Aliás, parece que os sectores que têm uma componente salarial mais elevada recebem comparativamente mais investimento externo (v. *CH*). Estes resultados foram também identificados em Morais (1993), com uma metodologia diferente. Uma causa residirá na utilização crescente da robótica e de sistemas computadorizados de fabrico que reduzem o peso do factor trabalho.

Ainda no que se refere aos factores de «localização» do IDE, o papel dos incentivos no âmbito do PEDIP não se afigura relevante. A explicação, todavia, deve residir no facto destes recursos estarem visivelmente a escassear no período estudado, assim como no recurso a outros incentivos.

([23]) Simões (1994) concluiu que, nos seis anos após a adesão, «an important share in total FDI still corresponds to domestic oriented manufactures — in spite of the growing export content of new foreign investment projects, the appeal of the Portuguese domestic market has not faded away» (p. 29).

([24]) V. nota (15).

Relativamente às características dos mercados escolhidos pelas empresas estrangeiras, constata-se que utilizam inovação tecnológica (v. *PAT*), detêm economias de escala (v. *ES*) e utilizam capital humano (v. *CH*). Caracterizam-se ainda pela concentração das vendas (v. *C4*), se bem que o coeficiente seja pouco significativo, possivelmente por existirem projectos de IDE para alguns sectores com muitas empresas, como no caso do vestuário e da fabricação de produtos metálicos ([25]).

No que se refere à diferenciação do produto (v. *DIF*), sendo este um atributo importante do comércio actual e relacionado com empresas detentoras de economias de escala e tecnologia mais avançada, esperávamos que o coeficiente fosse significativo. Porém, sendo a diferenciação sobretudo um atributo das indústrias ligadas ao consumo, este resultado pode ser consequência do afluxo de IDE ser maior às indústrias ligadas ao investimento ([26]).

Um resultado inesperado é o do coeficiente da produtividade aparente (v. *PROD*), que tem sinal negativo e é significativo, mas algo semelhante a propósito do rácio *VAB* sobre produção foi encontrado em Morais (1993, p. 85). Uma explicação possível é o facto de parte do IDE se dirigir à «aquisição de empresas» (cerca de 20 % do total autorizado em 1991 e 1992). Ora, muitas das empresas adquiridas por capital estrangeiro encontram-se descapitalizadas e mesmo falidas, portanto, com baixos níveis de produtividade.

Finalmente, da análise da equação do IDE não resulta que a capacidade exportadora tenha sido um critério determinante da decisão de investir em Portugal (v. *X*). Este resultado é aparentemente inesperado, sobretudo atendendo a que, no período analisado, existiam já fortes expectativas quanto ao alargamento dos mercados no contexto da criação do Mercado Único, e poderíamos esperar da parte do capital estrangeiro a potencialização da produção em gamas mais viradas para o mercado ibérico e outros mercados europeus.

Conforme referimos, a fraca intensidade capitalística do sector tradicional exportador pode subavaliar o peso do IDE nestas indústrias. É, além disso, provável que uma desagregação mais fina permitisse evidenciar o peso do IDE em subsectores da indústria exportadora ([27]). Acresce, conforme já mencionámos, que se espera que parte do investimento estrangeiro no período estudado venha a ter importantes repercussões nas exportações num prazo mais dilatado. Em qualquer caso, para o resultado obtido não será indiferente a relevância do mercado interno nas decisões de investimento.

Após a análise dos factores determinantes do IDE, e voltando ao impacte do IDE na intensidade exportadora da indústria transformadora portuguesa, a «neutralidade» constatada pode ter duas leituras:

a) O IDE está a contribuir lentamente para a alteração do padrão tradicional de especialização, induzindo o aparecimento de novos sectores exportadores sobretudo em:

Indústrias baseadas em recursos naturais com uma fraca tradição exportadora (por exemplo, indústria de minerais não-metálicos);

([25]) Cf. Morais, 1993, p. 73.

([26]) Cf. Morais, 1993, p. 80.

([27]) Tais como (para além do material de transporte), maquinaria eléctrica, material electrónico, vestuário e, com menos peso, calçado, indústria química, minerais metálicos (Fernandes, 1992). Para a confirmação desta hipótese, v. Farinha (1992) e Cabral (1995).

Indústrias mais baseadas em capital humano e talvez em capital físico, tais como bens de equipamento, material de transporte e electrónica;

b) O IDE não está a utilizar Portugal basicamente como plataforma de exportação (uma excepção podendo ser o «megaprojecto» para a indústria automóvel liderado pela Ford-Volkswagen, mas sérias dúvidas sobre a estabilidade deste projecto são já correntemente formuladas), ocorrência relacionada com a existência de outros destinos mais atractivos.

Em qualquer caso, este estudo revela que as condições de implantação do IDE em Portugal apresentam sintomas de vulnerabilidade, não só pela importância do IDE canalizado para o mercado interno (dependente, portanto, da evolução da procura interna), mas sobretudo pelo facto de o país não ser particularmente «dotado» relativamente a factores de localização detectados como importantes neste estudo. Concretamente, o tradicional factor de atracção do IDE, o trabalho abundante, não parecer constituir mais um factor decisivo de localização. Em alternativa, o modelo destaca a necessidade de se reforçar o «capital humano», assim como outros factores relacionados com a «organização industrial». Factores indispensáveis, aliás, à criação de uma indústria exportadora competitiva, com ou sem capital estrangeiro.

4 — Conclusões

Relativamente a estudos anteriores de factores determinantes do comércio internacional português, este artigo pesquisa o efeito do IDE ([28]).

A simultaneidade prevista entre IDE e exportações (e que justificou em parte a escolha deste modelo) não foi confirmada. Não obstante, o modelo utilizado tem o interesse de permitir confrontar os factores que determinam as exportações com os que determinam o IDE, sendo este o aspecto mais relevante que encontramos na metodologia utilizada.

A ausência de uma relação estatisticamente significativa entre intensidade exportadora e IDE (em ambas as equações) é aparentemente inesperada, sobretudo atendendo a que o período estudado integra as expectativas de criação do Mercado Único. Diversas razões foram propostas para esta ocorrência, incluindo o facto de os efeitos do IDE no país receptor só poderem ser, em geral, devidamente aferidos com um certo distanciamento temporal, que não foi possível introduzir neste estudo.

É de assinalar o facto de os factores determinantes serem bastante diferentes nas duas equações, o que reforça a tese de que o IDE poderá contribuir para um novo padrão de exportações. Os resultados indiciam, porém, que entradas futuras serão sensíveis, para além de factores ao nível do sector, à qualificação do trabalho.

([28]) Para outras «extensões» da análise tradicional do comércio internacional, v. Courakis, Moura Roque e Fontoura (1991) (para uma análise do proteccionismo na evolução do padrão português de comércio), e Fontoura (1991) (para uma análise do comércio bilateral).

ANEXO 1

Definição das variáveis e fontes estatísticas

X — intensidade exportadora: rácio entre volume de exportações e produção (valor médio de 1991 e 1992).

Fonte: GEP do MIE.

IDE — investimento directo estrangeiro autorizado (valor médio de 1991 e 1992).

Fonte: ICEP.

K — *stock* de capital físico (1989).

Fonte: Canadas, 1994.

LU — quantidade de trabalho não qualificado (1989).

Fonte: GEP do MIE.

LS — quantidade de trabalho qualificado (1989).

Fonte: GEP do MIE.

ES — coeficiente de Verdoorn: indicador do efeito conjunto de externalidades, economias de escala e progresso técnico.

Fonte: Quadro 5, Canadas (1994).

RN — indicador de recursos naturais (valor 2 nos sectores 7, 8, 10, 18, 19, 21; 1 nos sectores 9, 15, 16, 17, 20; e 0 nos restantes).

DIF — diferenciação do produto: número de posições a quatro dígitos em cada posição a três dígitos da SIC (no caso das quatro maiores empresas); (os valores obtidos foram sujeitos à conversão da SIC na CAE).

Fonte: Dun & Bradstreet International, 1992.

ME — diversificação de actividades: número de empresas com mais de uma actividade em cada posição a três dígitos da SIC (no caso das quatro maiores empresas); (os valores obtidos foram sujeitos à conversão da SIC na CAE).

Fonte: Dun & Bradstreet International, 1992.

C4 — concentração das vendas: peso das vendas das quatro maiores empresas.

Fonte: Dun & Bradstreet International, 1992.

CH — indicador de capital humano: rácio entre remunerações do trabalho e volume de emprego (1989).

Fonte: GEP do MIE.

I — formação bruta de capital fixo (1989).

Fonte: GEP do MIE.

PROD — produtividade aparente do trabalho: rácio entre o VAB e emprego (1989).

Fonte: GEP do MIE.

PAT — número de patentes (1989).

Fonte: GEP do MIE.

INC — incentivo aprovado no âmbito do PEDIP: SINPEDIP no caso da equação **(1)** (relativamente ao investimento) e incluindo também o apoio à formação profissional, missões de produtividade e missões de qualidade e *design* industrial no caso da equação **(2)**.

Fonte: Canadas (1994) e PEDIP, *Relatório de Execução*, vol. 1, MIE, 1993.

ANEXO 2

Matriz das correlações das variáveis independentes

[Equação **(1)**]

	K	*LU*	*LS*	*ES*	*C4*	*PAT*	*INC*	*IK*	*DIF*	*IDE*
K	1,0									
LU	0,33	1,0								
LS	0,27	0,10	1,0							
ES	0,03	0,01	0,01	1,0						
C4	0,12	–0,06	–0,12	–0,01	1,0					
PAT	0,17	0,09	0,01	0,01	–0,11	1,0				
INC	–0,02	0,01	–0,04	0,06	0,08	–0,01	1,0			
IK	0,03	0,04	0,03	–0,16	–0,07	–0,01	0,12	1,0		
DIF	0,19	0,08	0,01	0,12	0,01	–0,16	0,06	0,06	1,0	
IDE	0,15	0,11	0,01	0,04	–0,07	–0,01	–0,06	–0,07	0,01	1,0

[Equação **(2)**]

	KL	*ES*	*CH*	*PROD*	*PAT*	*RN*	*C4*	*ME*	*DIF*	*X*	*INC*
KL	1,0										
ES	–0,12	1,0									
CH	–0,19	–0,23	1,0								
PROD	–0,16	–0,11	–0,31	1,0							
PAT	–0,20	0,08	–0,33	–0,28	1,0						
RM	0,14	0,10	0,33	0,05	0,25	1,0					
C4	0,01	–0,07	–0,03	–0,10	–0,11	0,16	1,0				
ME	–0,20	–0,17	–0,17	–0,14	–0,26	0,18	–0,04	1,0			
DIF	–0,20	0,12	–0,12	0,15	–0,16	–0,08	0,01	–0,19	1,0		
X	0,18	0,04	0,21	0,22	0,25	0,04	0,03	0,06	–0,01	1,0	
INC	–0,06	–0,03	–0,20	–0,22	–0,08	0,01	–0,20	0,06	0,04	–0,08	1,0

BIBLIOGRAFIA

AGARWAL, J. (1980), «Determinants of Foreign Direct Investments: a Survey», *Weltwirtschaftliches Archiv,* 116, pp. 739-73.

AGMON, T. (1979), «Direct Investment and Intra-Industry Trade. Substitutes or Complements?», in Giersch H. (ed.), *On the Economics of Intra-Industry Trade,* Tubingen.

ANDREZ, J., GUERRA, A., e SANTOS, V. (1993), «Determinantes da eficiência técnica da indústria transformadora portuguesa: ensaio preliminar», *Documentos de trabalho,* CISEP, n.º 6.

BALDWIN, R. (1979), «Determinants of Trade and Foreign Investment: Further Evidence», *The Review of Economics and Statistics,* vol. 61, n.º 1, pp. 40-49.

BUCKLEY, P., e CASSON, M. (1976), *The Future of the Multinational Enterprise,* Macmillan, London.

CABRAL, S. (1995), «Análise comparativa do comportamento exportador das empresas nacionais e estrangeiras residentes em Portugal», *Boletim Económico,* Banco de Portugal, vol. 1, n.º 1, Março, pp. 73-85.

CANADAS, N. (1994), *O PEDIP e a Política Industrial para Portugal nas Vésperas do Séc. XXI,* Coimbra Editora.

CAVES, R. (1971), «International Corporations: the Industrial Economics of Foreign Investment», *Economica,* 38, pp. 1-27.

—— (1982) *Multinational Enterprise and Economic Analysis,* Cambridge University Press, Cambridge.

COASE, R. (1937), «The Nature of the Firm», *Economica,* n.º 4, pp. 386-405.

COURAKIS, A. S., e MOURA ROQUE, F. (1986), «On the Informational Content of 'Tecnology' Variables in Explaining Trade Patterns», *Greek Economic Review,* vol. 10, n.º 2, Dezembro, pp. 287-298.

COURAKIS, A. S., MOURA ROQUE, F., e FONTOURA, P. (1991), «The impact of protection on the evolution of the Portuguese pattern of trade: 1974-1986», *Economia,* vol. 16, n.º 1, Janeiro, pp. 109-128.

DUNNING, J. (1974), *Economic Analysis and the Multinational Enterprise,* London, Allen & Unwin.

—— (1979), «Explaining Changing Pattern of International Production: in Defence of Ecletic Teory», *Oxford Bulletin of Economics and Statistics,* 41, pp. 269-296.

—— (1992), «Multinational Enterprises and the Global Economy», Addison-Wesley Publishers, Ltd.

ETHIER, W. (1986), «The Multinational Firm», *Quarterly Journal of Economics,* 101, pp. 805-833.

FARINHA, M. L. (1992), «Análise dos fluxos de investimento directo estrangeiro em Portugal», *Boletim Trimestral,* Banco de Portugal, vol. 14, n.º 2, pp. 51-57.

FERNANDES, L. (1992), *A Especialização da Economia Portuguesa. Tendências e perspectivas: O Papel do Investimento Estrangeiro na Evolução do Padrão de Especialização,* Ministério do Planeamento e da Administração do Território, DCP-CIDEC.

FONTOURA, P. (1991), «Padrões de comércio bilateral: Portugal face à CEE e PALOP», *Estudos de Economia,* 4, vol. 11, pp. 505-516.

—— (1996), «Export Composition and Foreign Direct Investment: a Simultaneous Approach for Portugal», *Integration and Specialization,* Centro de Estudos Europeus, Faculdade de Direito de Coimbra, Almedina, Coimbra (no prelo).

GUERRA, A., e SANTOS, V. (1994), «Performance das maiores empresas portuguesas: estrutura de mercado ou estratégia?», *Documentos de trabalho,* CISEP, n.º 1.

GROSSMAN, G, e HELPMAN, E. (1989), «Product Development and International Trade», *Journal of Political Economy,* vol. 97, n.º 6, pp. 1261-1283.

HELPMAN, E. (1984), «A Simple Theory of International Trade with Multinational Corporations», *Journal of Political Economy,* vol. 92, n.º 3, pp. 451-471.

HELPMAN, E., e KRUGMAN, P. (1985), *Market Structure and Foreign Trade,* Cambridge, MIT Press.

HUGHES, K. (1986), «Exports and Innovation, a Simultaneous Model», *European Economic Review,* 30, pp. 383-399.

KINDELBERGER, C. (1969), *American Business Abroad: Six Lectures on Foreign Direct Investment,* Yale University Press, New Haven.

—— (1984), *Multinational Excursions,* MIT Press, Cambridge, MSA.

KRUGMAN, P. (1979), «A Model of Innovation, Technology Transfer, and the World Distribution of Income», *Journal of Political Economy,* n.º 87, 2, pp. 253-266.

—— (1981), «The New Theories of International Trade and the Multinational Enterprise», in Kindelberger e Audretsch, *The Multinational Corporation in the 1980's,* Cambridge, MIT Press.
MORAIS, H. (1993), *Determinantes do investimento directo estrangeiro em Portugal: 1987-1992,* tese de mestrado em Economia, ISEG.
MARKUSEN, J. (1983), «Factor Movements and Commodity Trade as Complements», *Journal of International Economics,* 14, pp. 341-356.
MOURA ROQUE, F., FONTOURA, P., e BARROS, P. (1991), «Teorias do comércio internacional e padrão de especialização da indústria transformadora portuguesa: 1973-1992», *Economia,* n.º 1, vol. 14, pp. 13-50.
MUCCHIELLI, L. (1991), «De nouvelles formes de multinalisation: les alliances stratégiques», *Probèmes Economiques,* n.º 2234, 17 de Julho, pp. 25-33.
MUNDELL, R. (1975), «International Trade and Factor Mobility», *American Economic Review,* 47, pp. 321-35.
O'SULLIVAN, P. (1993), «An Assessment of Ireland's Export-Led Growth Strategy via Foreign Direct Investment: 1960-1980», *Weltwirtschaftliches Archiv,* Band 129, H. 1, pp. 138-157.
PFAFFERMAYR, M. (1994), «Foreign Direct Investment and Exports· a Time Series Approach», *Applied Economics,* 26, pp. 337-351.
RATNAYAKE, R. (1993), «Factors Affecting Inter-Industry Variation of Foreign Ownership of Manufacturing Industry», *Applied Economics,* 25, pp. 653-659.
RUGMAN, A. (1986), «New Theories of the Multinational Enterprise: an Assessment of Internalization Theory», *Bulletin of Economic Research,* 35, pp. 101-118.
SANTIAGO, C. (1987), «The Impact of Foreign Direct Investment on Export Structure and Employment Generation», *World Development,* vol. n.º 15, 3, pp. 317-328.
SAUNDERS, R. (1982), «The Determinants of Inter-Industry Variation of Foreign Ownership in Canadian manufacturing», *Canadian Journal of Economics,* 15, pp. 77-84.
SCHIATTARELLA, R. (1993), «Multinational Firms in the New Theories of International Trade», European International Business Association, 19th Annual Conference, Lisboa.
SIMÕES, V. C., (1994), «Dynamic Interdependence between FDI and Foreign Trade in the Context of European Integration Process: The Case of Portugal», em Jamina Witkowşka, *Dynamic Interdependence between Foreign Direct Investment and Trade,* Universidade de Lodz. (No prelo.)
WHITE, H. (1980), «A Heteroscedasticity-Consistent Covariance Matrix Estimation and a Direct Test for Heteroscedasticity», *Econometria,* vol. 48, n.º 4, pp. 817-838.
WILLIAMSON, O. (1975), *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications,* Free Press, New York.